


<div><div>TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS</div></div>		Matriz de Achados		Processo: 00600-00012554/2021-14				
Objeto do Trabalho: Participações Permanentes registrada no grupo Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial do GDF referente ao exercício de 2021								
Objetivo Geral:								
Ref	Achados de Auditoria	Risco	Critério	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Proposições	Benefícios Esperados
1	Distorções nos saldos das contas de participações permanentes relativas as empresas/companhias em que o DF possui influência significativa de, pelo menos, 2,2 bilhões de reais.	R1.4.1 - Risco de os saldos das contas contábeis de participações permanentes não refletirem a posição financeira e patrimonial das empresas/companhias.	1 - Mcasp 8ª edição item 3.2.4.1 (MEP) Parte 2. NTSP 18 (parágrafos 10,11, 41 e 42)	A.1 - Saldos subavaliados na contabilidade do DF: BRB (- R\$ 1,1 bilhões), Caesb (- R\$ 171,4 milhões), Ceasa (- R\$ 10,5 milhões), CEB (- R\$ 388,6 milhões), Codhab (- R\$ 19,7 milhões), Novacap (- R\$ 322,4 milhões), TCB (- R\$ 21,2 milhões), Terracap (- R\$ 1,3 bilhões) e Proflora (- R\$ 14,1 milhões). Saldos superavaliados na contabilidade do DF: Codeplan (R\$ 12,2 milhões), Emater (R\$ 677,8 mil), Metrô (R\$ 1,1 bilhões), SAB (R\$ 14,5 milhões) e DFGestão Ativos (R\$ 1,8 milhões). Distorção de pelo menos 2,2 bilhões: divergências por subavaliação montam R\$ 3,3 bilhões e por superavaliação alcançam R\$ 1,1 bilhões. Combinando-se as divergências devido a subavaliação e a superavaliação, tem-se divergência total de R\$ 4,4 bilhões.  fonte: PT19 e PT20 (PT_30 ; PT_29 )	C . 1 - Não aplicação do método de equivalência patrimonial, por parte da COCAI, uma vez que não considera os valores de patrimônio líquido das empresas/companhias, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP. ( A.1 )	E . 1 - Compromete a fidedignidade da real situação patrimonial da posição em Participações Permanentes do DF, bem como pode prejudicar a análise e a tomada de decisão pelo gestor público. ( A.1 )	• Determinar à SEEC - Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que: <ul style="list-style-type: none"><li>◦ Sugere-se determinar à SEEC/DF que, a partir do Balanço referente ao exercício de 2022, para fins de apuração dos investimentos em participações permanentes de empresas e companhias em que o DF tenha influência significativa, aplique o Método da Equivalência Patrimonial (MEP), de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e na NBC TSP 18. ( C.1; E.1; )</li></ul>	1. Saldos de participações permanentes nas empresas e companhias em que o DF tenha influência significativa sejam livres de distorções relevantes, de forma a melhor refletir a situação patrimonial do DF.
2	Não inclusão na contabilidade do DF do patrimônio da Proflora S.A.	R1.3.1 - Risco de haver participações permanentes em empresas/companhias não registradas na contabilidade.	1 - Em atenção ao princípio contábil da integralidade, devem figurar nas demonstrações financeiras do DF as participações de todas as empresas/companhias em que o GDF exerce influência significativa.	A.1 - Não se encontram nas demonstrações financeiras do DF, nem nas demonstrações financeiras da Terracap, informações sobre a participação do GDF na companhia PROFLORA.  De acordo com as informações disponíveis na demonstração financeira da PROFLORA, o GDF é detentor de mais de 95% das ações daquela companhia, o que implica influência significativa.  fonte: PT16 e PT17 (PT_28 ; PT_38 )	C . 1 - Inércia dos órgãos e entidades distritais no que tange ao reconhecimento e mensuração do patrimônio da Proflora S.A. no âmbito da contabilidade distrital. ( A.1 )	E.1 - Prejuízo à fidedignidade e transparência das participações permanentes nas demonstrações financeiras do DF, devido à omissão da informação contábil relativa ao patrimônio da Proflora S.A. ( A.1 )	• Determinar à SEEC - Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que: <ul style="list-style-type: none"><li>◦ Sugere-se determinar à Governadoria do DF, com auxílio da SEEC/DF, que inclua o patrimônio da Proflora S.A. nas demonstrações financeiras do DF, a partir do Balanço referente ao exercício de 2022, por meio do emprego do método de equivalência patrimonial, em estrita observância às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público. ( C.1; E.1; )</li></ul>	1. Que as demonstrações financeiras do GDF apresentem as participações de todas as empresas/companhias nas quais o GDF exerce influência significativa, livre de distorções devidas a erro ou fraude.
3	Notas Explicativas insuficientes, que não se prestam a evidenciar a informação contábil apresentada no balanço patrimonial e sem referência cruzada e sistemática, em desacordo com o preconizado pelo MCASP.	R1.6.1 - Risco de as demonstrações financeiras não atenderem aos requisitos do relatório financeiro aplicável.	1 - Mcasp 8ª edição, item 7.4 da Parte Geral, e itens 4.3 e 8.2 da Parte 5.  IN 01 do TCDF de 2016.	A.1 - As notas explicativas das demonstrações financeiras do DF de 2021, em relação às Participações Permanentes, não são apresentadas de forma sistemática, com conteúdo devidamente indexado e com utilização de referência cruzada.  Além disso, tais notas não evidenciam, de forma detalhada por empresa/companhia, o saldo total da conta de Participações Permanentes apresentado no Balanço Patrimonial do DF de cerca de 8 bilhões de reais.  Ato contínuo, compulsando a prestação de contas do Governador, localizou-se o Quadro 11.4.2 que demonstra a participação permanente de cerca de 7 bilhões de reais (portanto incompleto), porém com divergências e inconsistências entre os valores lá apresentados e a situação patrimonial registrada no sistema de contabilidade.  Por fim, tal quadro evidencia que não foi utilizado o método da equivalência patrimonial para avaliação das participações permanentes.  fonte: PT15 e PT18 (PT_25 ; DA_37 )	C . 1 - Falhas nos controles internos da SEEC/DF que permitiram a publicação das demonstrações financeiras com notas explicativas insuficientes (em relação às Participações Permanentes) sem sistematização, sem indexação e sem detalhar as contas apresentadas (subclassificações), em afronta ao previsto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP. ( A.1 )	E . 1 - Compromete a transparência e a compressão da situação patrimonial do ente público pelos usuários das informações contábeis. ( A.1 )	• Alertar à SEEC - Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que: <ul style="list-style-type: none"><li>◦ Sugere-se determinar à SEEC/DF que, no tocante às participações permanentes, elabore as demonstrações financeiras do GDF com notas explicativas sistemáticas, indexadas e que detalhem as contas apresentadas (subclassificações), conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e em estrita observância às Decisões n. 2193/2021, item III, "e", n. 2330/2020, item III, "d" e n. 3090/2019, item III, "c". ( C.1; E.1; )</li></ul>	1. Que as demonstrações financeiras do GDF sejam acompanhadas de notas explicativas adequadas, melhorando sua compreensão por todos seus usuários.
4	Incorreta classificação do valor de R\$ 10 milhões referente à participação no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas DF.	R1.5.1 - Risco de os registros contábeis não terem os requisitos suficientes para serem classificados na conta de participações permanentes, em desacordo com as normas de contabilidade geralmente aceitas.	1 - O FGP-DF deve receber tratamento contábil similar ao adotado para empresas ou sociedades coligadas, devendo sua participação ser registrada na conta de participações permanentes do grupo de investimentos do ativo não circulante do Balanço Patrimonial, de acordo com o método da equivalência patrimonial quando houver influência significativa em sua administração.	A . 1 - Contabilização do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas DF na conta 122110101 (participação permanente em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial), em desacordo com a definição daquela conta, enquanto que o registro deveria ser realizado em conta de participação em fundos (Conta Contábil nº 122110108), resultando em distorção de classificação de R\$ 10.000.000,00.  Trata-se de um lançamento que não se refere uma empresa ou companhia, mas sim de fundo público de natureza de direito privado.  fonte: PT11 e PT14 (DA_34 ; DA_35 )	C . 1 - Falhas nos procedimentos de classificação do Fundo de Garantidor de Parcerias Público-Privadas-DF que permitiram o registro desse em subconta destinada a sociedades controladas. ( A.1 )	E.1 - Demonstrações financeiras com erro de classificação que compromete a fidedignidade do registro contábil. ( A.1 )	• Alertar à SEEC - Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que: <ul style="list-style-type: none"><li>◦ Sugere-se determinar à SEEC/DF que estabeleça mecanismos eficazes para garantir a adequada classificação dos registros das Participações Permanentes, mormente no que tange ao Fundo de PPP, que se encontra indevidamente classificado nas Participações Permanentes em sociedades controladas (Conta Contábil nº 122110101). ( C.1; E.1; )</li></ul>	1. Demonstrações financeiras que apresentem apenas empresas/companhias em que o GDF tem influência significativa classificadas nas contas de Participações Permanentes em sociedades controladas.